

**BRASA IX - Tulane University, New Orleans, Louisiana,
27-29 March 2008**

**DESIGUALDADE DE RENDA NO EMPREGO FORMAL NO BRASIL:
UMA ANÁLISE DE DECOMPOSIÇÃO PARA A DÉCADA DE 90**

Autores: Warley Rogério Fulgêncio Soares
Bárbara Soares Santana

DESIGUALDADE DE RENDA NO EMPREGO FORMAL NO BRASIL: UMA ANÁLISE DE DECOMPOSIÇÃO PARA A DÉCADA DE 90

Resumo

Este artigo tem como objetivo analisar a desigualdade de renda dos trabalhadores do emprego formal das diferentes regiões do Brasil a partir de algumas características individuais como grau de escolaridade, faixa etária e gênero. A base de dados utilizada é a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) fornecida pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) para os anos de 1990 a 2000. Para tanto, utiliza-se o índice de Theil-L que possui a característica desejável de ser decomponível. Os principais resultados apontam que a desigualdade de renda entre os trabalhadores das diversas regiões brasileiras não é significativa quando a remuneração é proveniente do trabalho no setor formal. Entretanto, as diferenças são não desprezíveis para os diversos níveis de escolaridade.

PALAVRAS-CHAVE: Desigualdade de Renda; Índice de Theil-L; Emprego Formal

Abstract

This article has like objective analyze the inequality of income of the workers of the formal job of the different regions of Brazil from some individual characteristics as rank of schooling, age group and kind. Based on facts utilized is the Annual Relation of Social Information (ARSI) supplied by the Ministry of Labor and Job (MLJ) for the years of 1990 to 2000. For so much, utilizes-itself the index of Theil-L that possessed the desirable characteristic of be dismembered. The main results aim that the inequality of yield between the workers of the diverse Brazilian regions is not significant when the remuneration is originating from the work in the formal sector. However, the differences are not contemptible for the diverse levels of schooling.

KeyWords: Inequality of Income; Index of Theil-L; Formal Job

1. Introdução

A desigualdade de renda é um tema recorrente na literatura econômica. Sem embargo, o Brasil figura entre aqueles países que possui os piores índices de desigualdade de renda do mundo. Desde o clássico trabalho de Langoni (1973), diversos estudiosos têm tentado verificar as causas da desigualdade de renda no país.

Estudos recentes têm apontado que além da educação, já observada por Langoni, outros fatores têm um peso significativo na desigualdade de renda persistente e aguda ainda hoje verificada. O fator gênero aparece com frequência como um dos determinantes, assim como a raça, ou a região geográfica na qual o empregado está inserido.

A grande maioria dos estudos utiliza como fonte de dados nas análises realizadas os dados oriundos da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), os Censos Demográficos ou as Pesquisas de Emprego e Desemprego (PED) realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), entretanto, poucos tratam da desigualdade de renda com os dados a partir da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) disponibilizadas pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). É mais comum a utilização destes dados na análise da dinâmica do estoque de emprego, mas não sobre as informações de renda dele derivadas.

O principal objetivo deste trabalho é analisar a desigualdade de renda a partir do emprego formal pelas informações disponíveis na RAIS para a década de 90, período de grandes inflexões na economia brasileira, obviamente que os resultados encontrados restringem-se a parte do mercado de trabalho formal, que é captado por esta fonte.

Para tanto, utiliza-se o índice de desigualdade Theil-L que possui a propriedade de ser totalmente decomponível, isto permite separar a desigualdade entre os grupos e dentro dos próprios grupos. Os resultados obtidos a partir dos dados da RAIS são divergentes dos resultados usuais encontrados em outros trabalhos.

2. Estudos Empíricos sobre a Desigualdade de Renda no Brasil: Uma Breve Discussão

Desde o clássico trabalho de Langoni (1973), o estudo da desigualdade de renda no Brasil tem encontrado ressonância na agenda de pesquisa econômica. Sem embargo, o país figura entre os mais desiguais países em termos de distribuição de renda no mundo. Este autor chegou ao resultado principal que a desigualdade de renda é gerada dentro do mercado de trabalho, sendo o fator determinante a grande heterogeneidade nos níveis educacionais dos trabalhadores brasileiros.

No trabalho de Barros e Mendonça (1995) é demonstrado como a desigualdade de renda no Brasil é latente. Segundo estes autores, os indivíduos que compõe o estrato dos 10% mais ricos da população chegam a receber cerca de 30 vezes mais que os indivíduos pertencentes aos 40% mais pobres, enquanto que para o mundo a média é de cerca de 10 vezes e na Argentina, por exemplo, a diferença entre esses dois estratos é exatamente de 10. Ou seja, mesmo comparando o Brasil a países que possuem níveis de renda *per capita* similar ou mesmo abaixo da brasileira estamos em posição bastante desfavorável em termos de distribuição de renda. Um dos principais resultados encontrados pelos autores está no poder explicativo do nível de escolaridade no diferencial de renda dos trabalhadores brasileiros.

Antigo, Machado e Oliveira (2006), utilizando dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) e a partir do modelo econométrico de regressão quantílica, comparam o diferencial de rendimentos entre o setor formal e informal do mercado de trabalho no Brasil. Constataram que as variáveis educação, idade e experiência são fatores

determinantes para explicar o diferencial de rendimentos dos trabalhadores desses dois setores.

Analisando o diferencial de rendimentos por raça e gênero no mercado de trabalho em regiões geográficas selecionadas, Nogueira e Marinho (2006) evidenciam discriminação no mercado de trabalho no país quando os indivíduos igualmente produtivos e do mesmo setor de atividade recebem remunerações distintas devido ao grupo, classe ou categoria nas quais estão inseridas. Os principais resultados são que existe discriminação contra mulheres e negros no mercado de trabalho nas regiões Sudeste e Nordeste do país, principalmente para o sexo feminino.

Para a região metropolitana de Belo Horizonte, Guimarães (2004) conclui a alta correlação entre o aumento do grau de instrução e a renda auferida entre os trabalhadores, além de ser a principal variável explicativa para a desigualdade total de renda entre os ocupados. Além disso, os trabalhadores do setor público atingem rendas mais elevada e os trabalhadores domésticos as menores rendas. A partir da análise de regressão, a variável gênero apontou um valor significativo na diferença de renda e o grau de instrução um poder explicativo acentuado no diferencial de rendimento médio auferido.

Utilizando análise de *coorte* para investigar os diferenciais de rendimento por sexo no Brasil, Leme e Wajnman (2000) evidenciam a discriminação contra as mulheres no diferencial salarial, principalmente para as trabalhadoras não pertencentes à região Sudeste e nos setores não pertencentes a atividade agrícola.

A partir de dados da PNAD, Menezes-Filho, Fernandes e Picchetti (2000) analisam os diferenciais de salários no Brasil para as décadas de 1980 e 90. A principal conclusão dos autores é que a educação é ainda o principal componente na desigualdade de renda dos trabalhadores brasileiros permanecendo constante para as duas décadas em análise.

Outros trabalhos apontam para a questão, ainda pouco conclusiva, sobre a convergência entre as rendas *per capita* no Brasil, dentre os quais, Azzoni (1994), Ferreira (1996 a, 1996 b, 1996 c), Ferreira e Diniz (1995), Ferreira e Elery jr. (1996), Monteiro Neto (1997), Souza (1993), os quais apontam para uma relativa convergência para algumas regiões brasileiras, com maior ou menor intensidade, mas que há aquelas menos dinâmicas, as quais, a permanecer as condições atuais demorarão um tempo muito grande para que consigam atingir padrões mínimos de renda *per capita*.

Há uma abrangente literatura internacional que também trata também deste assunto, os quais apresentam indícios muito fortes de que há na verdade clubes de convergência, e que, relacionando-se produtividade, educação, tecnologia, dentre outros fatores, há, portanto, padrões e velocidades diferenciadas de convergência. Dentre alguns desses trabalhos, citam-se os de Barro (1991), Barro e Sala-i-Martin (1991), Barro *et. al.* (1992), Baumol (1996), Bertola (1993), Blanchard e Quah (1989), Lucas (1988, 1990), Romer (1989, 1990) e Solow (1956).

De uma forma geral, pode-se constatar a partir dos estudos empíricos citados acima (vale ressaltar que predominam nos estudos as bases de dados PNAD e/ou PED), que um dos principais componentes da desigualdade de rendimentos no trabalho para a economia brasileira é o grau de instrução da mão-de-obra empregada. Apesar de diferentes bases de dados utilizadas e modelos econométricos para estimação de equações de renda, há uma certa convergência nos resultados encontrados. Ressalta-se ainda, a importância na discriminação racial e por gênero no diferencial de rendimentos dos trabalhadores brasileiros.

3. Fonte de Dados e o Índice de Desigualdade Theil – L

3.1 Fonte de Dados

A fonte de dados utilizada para este estudo é a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), apesar das limitações impostas por esta base de dados, pois a mesma capta apenas a dinâmica do emprego formal, é bastante satisfatória os níveis de desagregação, abrangência e periodicidade disponível¹. As variáveis escolhidas foram as seguintes:

- a) Estoque de Emprego: entenda-se número de trabalhadores registrados como empregados pelas empresas no dia 31 de dezembro de cada ano;
- b) Massa Salarial: total da renda média anual recebida, em salários-mínimos, pelos trabalhadores que compunham o estoque de emprego;
- c) Setores de Atividade: indústria extrativa mineral, indústria de transformação, serviços industriais, construção civil, comércio, serviços, administração pública e outros/ignorados;
- d) Gênero: masculino e feminino²;
- e) Faixas de remuneração: de 0,01 a 0,50; de 0,51 a 1; de 1,01 a 2; 2,01 a 3; 3,01 a 4; 4,01 a 5; 5,01 a 7; 7,01 a 10; 10,01 a 15; 15,01 a 20; mais de 20 salários-mínimos;
- f) Grau de Instrução: analfabeto, 4ª série incompleta, 4ª série completa, 8ª série incompleta, 8ª série completa, 2º grau incompleto, 2º grau completo, superior incompleto e superior completo;
- g) Faixa Etária: 10 a 14 anos; de 15 até 17 anos; de 25 até 29 anos, de 30 até 39 anos, de 40 até 49 anos, 50 a 64 anos e mais de 65 anos;
- h) Tamanho do Estabelecimento: até 10 empregados, micro-empresa, 11 até 50 pequena empresa, 51 até 100 média empresa, acima de 100 empregados, grande empresa.

3.2 O Índice de Desigualdade de Theil-L

O índice de desigualdade de Theil-L possui, segundo a Fundação João Pinheiro (1998, p.2) as seguintes propriedades desejáveis:

- a) ser insensível a mudanças de escala ou transferência proporcionais: se por exemplo todas as rendas forem duplicadas, o indicador não deve alterar, ou seja, ele deve ser independente;
- b) ser insensível a mudanças no tamanho da população, isto é, permanecer inalterado se o número de pessoas em cada nível de renda se alterar pela mesma proporção;
- c) satisfazer a condição de Dalton-Pigou, qual seja, ao se transferir renda de um rico para um pobre (considerando a regra do anonimato) o indicador deverá acusar queda na desigualdade, e vice-versa;
- d) apresentar sensibilidade maior a transferências entre pessoas na parte inferior da distribuição (mais pobres) do que entre aquelas situadas na parte superior, propriedade de ser *'transfer sensitive'* de Shorrocks-Foster;
- e) ser aditivamente decomponível, de forma que o indicador possa ser expresso como a soma de dois (ou mais) termos: desigualdade entre grupos/regiões e desigualdade dentro dos grupos/regiões.

Todas estas especificidades estão presentes no Theil-L, sendo o único índice de desigualdade de renda estritamente decomponível.

¹Para uma comparação entre os dados da RAIS e PNAD ver De Negri et. al. (2001), onde é demonstrado a qualidade dos dados da RAIS, apesar de algumas restrições.

² Os dados disponíveis na RAIS não contemplam informações sobre raça, variável encontrada tanto na PNAD como no Censos Demográficos.

Seja x_i a renda da i -ésima pessoa em uma população com n pessoas. Vamos admitir que as rendas estão ordenadas de maneira que:

$$x_1 \leq x_2 \leq \dots \leq x_h \leq \dots \leq x_n$$

O Theil-L em função das rendas individuais como medida de desigualdade, segue a seguinte fórmula de cálculo (Hoffmann, 1998, p. 107)

$$L = -\frac{1}{n} \sum \ln \frac{x_i}{\mu} = \ln \mu - \frac{1}{n} \sum \ln x_i \quad (1)$$

onde μ é a renda média.

Para a decomposição do índice de desigualdade de Theil-L quando as rendas podem ser agrupadas segundo algum critério (por exemplo, como nível de escolaridade), as mesmas podem ser decompostas em uma medida de desigualdade **dentro dos grupos** (intra-nível de instrução) ou **entre os grupos** (inter-nível de instrução).

Para os cálculos de decomposição, utilizam-se as seguintes fórmulas (HOFFMANN, 1998, p. 112-113)

$$L_e = \sum_{h=1}^k \pi_h \ln \frac{Y_h}{Y} \quad (2)$$

$$L_h = \frac{1}{n_h} \sum_{h=1}^{n_h} \ln \frac{y_{hi}}{Y_h} \quad e \quad (3)$$

$$L = L_e + \sum_{h=1}^k \pi_h L_h \quad (4)$$

Onde y_{hi} é a fração da renda total apropriada pelo i -ésimo elemento do h -ésimo grupo; Y_h é a fração da renda total da população apropriada pelo h -ésimo grupo; μ é a renda média da população e π_h é a fração da população. As fórmulas (2), (3) e (4) mensuram respectivamente, as medidas de desigualdades dentro do grupo, entre os grupos e a desigualdade total de Theil-L (somatório das duas primeiras medidas).

Entretanto, devido as características do banco de dados utilizado, é necessário empregar uma fórmula modificada de Theil-L para o cálculo do L_h , devido ao fato de que na RAIS as informações sobre renda está disponível apenas para as médias e a fórmula original L_h requer renda individuais. Para tanto, conforme Hoffman (1998, p. 129), os cálculos podem ser realizados de acordo com a seguinte fórmula:

$$L_h = \ln \mu_h - \frac{\varepsilon_h}{\theta_h} \left[1 - \frac{3\varepsilon_{h-1}(2\lambda_h - 1)}{\theta_h} \right] \ln \varepsilon_h + \frac{\varepsilon_{h-1}}{\theta_h} \left[1 - \frac{3\varepsilon_h(2\lambda_h - 1)}{\theta_h} \right] \ln \varepsilon_{h-1} + 1 - \frac{3(2\lambda_h - 1)}{\theta_h} \left(\varepsilon_{h-1} + \frac{\theta_h}{2} \right). \quad (5)$$

Onde, ε_{h-1} é o limite inferior do estrato, ε_h é o limite superior, μ_h é a renda média, $\theta_h = \varepsilon_h - \varepsilon_{h-1}$ e $\lambda_h = \frac{\mu_h - \varepsilon_{h-1}}{\theta_h}$. Assim, é possível realizar o cálculo de desigualdade de renda em cada estrato, as demais fórmulas não necessitam de nenhuma modificação, pois seus cálculos podem ser feitos com as respectivas participações de cada estrato na renda média e na população.

4. Dados Estilizados do Emprego Formal no Brasil 1990-2000

O período compreendido entre os anos de 1990-2000 foi sem dúvidas de grandes inflexões na economia brasileira. Constatou-se nesta década uma mudança nas práticas de políticas macroeconômicas

Em meados daquela década, é implantado o mais bem sucedido plano de estabilização de preços já elaborado desde os fracassados planos da década anterior. O Plano Real, apesar das inúmeras contestações, foi sem dúvidas um plano bem sucedido no que se refere ao controle do processo inflacionário em que passava o país há décadas.

Os anos iniciais do Plano Real foram marcados pelo processo de sobrevalorização cambial, juros altos e aprofundamento da abertura comercial os quais expôs ainda mais as empresas brasileiras à competição internacional. Consequentemente, em alguns setores de atividade, a indústria principalmente, o número de empresas e empregos ceifados foram significativos, ainda que ganhos de competitividade de alguns setores fossem expressivos³.

A Tabela 01 abaixo contém as taxas de crescimento do emprego formal por região geográfica, gênero e setores de atividade para períodos selecionados. No período compreendido entre os anos de 1990-1995 verifica-se uma significativa taxa de crescimento do emprego formal na região Centro-Oeste do país, 17,62% com destaque para o crescimento do emprego feminino de 18,33%; muito acima da média nacional que foi de 2,40% e 8,27% respectivamente. A região Norte apresenta taxas de crescimento também significativas. O Nordeste apesar de apresentar um crescimento total superior à média nacional, aproximadamente 5%, está longe do desempenho obtido pelas regiões citadas anteriormente. O estoque de emprego total no Sudeste cresceu 1,55% abaixo da média nacional.

Chama atenção à queda significativa do emprego na indústria de transformação como um todo, -10,37%; com destaque para o decréscimo na região Sudeste de -15,21%; Fica evidente que a abertura da economia e a sobrevalorização cambial tiveram impactos significativos sobre este setor de atividade.

A agropecuária é um setor que se destaca em relação as suas taxas de crescimento totais em todas as regiões, entretanto, esses resultados devem ser analisados com cuidado, pois essas taxas de crescimento podem ter sido infladas devido a melhor cobertura da RAIS no setor. Ademais, a baixa taxa de crescimento de emprego formal total para o período merece ser destacada.

Para o período pós Plano Real até o ano 2000, tem-se um aumento significativo do emprego formal quando comparado ao anterior, entretanto, em termos de crescimento anual, cerca de 2%, a geração de emprego formal está longe de ser satisfatória. O emprego na indústria de transformação decresce, impactado pela crescente entrada de produtos estrangeiros na economia. Já os setores de comércio e serviços crescem a taxas expressivas, ao redor de 27% e 19% respectivamente, sendo estes setores os maiores empregadores, contribuem sobremaneira para o desempenho das taxas de crescimento do emprego no período, acompanhados pelo surpreendente aumento do emprego no setor da administração pública cerca de 8%.

Analisando as taxas de crescimento do emprego formal para toda década, observa-se um aumento de apenas 1,3% no emprego total ao ano. Nitidamente, um desempenho abaixo das necessidades da oferta de mão-de-obra na economia brasileira. É importante ressaltar o aumento significativo do trabalho feminino neste período, quase quatro vezes superior ao crescimento da mão-de-obra masculina. O crescimento do emprego nos setores do comércio e

³Existe uma rica literatura sobre todo esse processo, entre os quais podemos citar: Giambiagi e Moreira (1999); Giambiagi et. al. (2005); Diniz e Crocco (1996); Sabóia (2001) e Pacheco (1999), entre outros. Entretanto, dado a natureza e os objetivos deste trabalho essa discussão não será feita, restringindo-se apenas a uma breve análise de alguns fatos estilizados sobre o emprego formal neste período.

serviços foi significativo, cerca de 43% e 34% respectivamente. O emprego na região Nordeste cresce acima das regiões Sul e Sudeste do país, mas fica longe das taxas de crescimento observadas nas regiões Norte e Centro-Oeste. O crescimento da mão-de-obra na administração pública é bastante significativo, aproximadamente 23% para os anos 90.

Tabela 01
Taxas de Crescimento do Emprego Formal Total por Setor de Atividade, Gênero e Regiões Geográficas em Períodos Seleccionados

1990-1995										
Região	Gênero	EXTR. MIN.	IND. TRANSF.	SERV. IND.	CONST. CIVIL	COMER-CIO	SERVI-COS	ADM. PUB.	AGROPE-CUARIA	TOTAL
Norte	Masculino	-38,81	-0,81	5,06	4,69	9,09	10,75	26,38	70,00	6,74
	Feminino	-31,99	-29,34	199,45	10,95	13,15	67,60	12,00	139,75	13,02
	Total	-38,30	-10,42	32,98	5,22	10,46	28,87	18,19	78,30	9,24
Nordeste	Masculino	20,80	-12,28	10,80	-10,48	9,47	8,04	2,72	205,33	1,64
	Feminino	1,61	-11,24	23,48	-12,79	16,89	40,34	3,17	199,31	10,04
	Total	18,93	-12,04	12,76	-10,64	11,95	19,52	3,00	204,43	4,99
Sudeste	Masculino	-20,62	-14,82	23,78	17,82	9,79	3,18	13,56	177,93	-1,55
	Feminino	-23,86	-16,29	25,33	4,27	17,85	26,14	21,54	107,28	7,60
	Total	-20,86	-15,21	24,00	16,75	12,51	11,36	17,87	166,00	1,55
Sul	Masculino	-25,12	2,90	8,19	23,93	8,45	-4,91	8,99	169,96	2,32
	Feminino	-12,60	-0,65	19,09	18,22	10,76	19,08	21,58	101,60	8,47
	Total	-24,63	1,80	9,79	23,55	9,29	4,16	15,83	158,13	4,58
C. Oeste	Masculino	-3,19	37,39	-11,22	21,04	17,39	8,15	25,62	194,45	17,24
	Feminino	-1,79	33,88	-22,44	9,80	21,75	30,62	22,67	160,60	18,33
	Total	-3,08	36,57	-13,21	19,94	18,74	16,58	24,40	190,59	17,62
Brasil	Masculino	-16,55	-9,82	14,89	13,07	9,95	3,08	12,82	179,24	-0,80
	Feminino	-17,82	-11,86	28,67	3,64	16,32	28,20	15,59	122,68	8,27
	Total	-16,64	-10,37	16,95	12,34	12,12	12,12	14,34	170,13	2,40

1995-2000										
Região	Gênero	EXTR. MIN.	IND. TRANSF.	SERV. IND.	CONST. CIVIL	COMER-CIO	SERVI-COS	ADM. PUB.	AGROPE-CUARIA	TOTAL
Norte	Masculino	-25,39	26,90	-15,53	52,84	58,14	20,29	15,68	32,00	23,21
	Feminino	-23,72	-0,60	-17,40	22,51	64,32	1,17	23,91	-19,00	16,01
	Total	-25,25	19,59	-16,13	50,11	60,28	12,36	20,12	23,83	20,24
Nordeste	Masculino	-2,24	4,47	-20,17	28,66	32,54	14,20	12,87	6,21	12,05
	Feminino	1,06	29,14	-18,30	25,02	40,42	5,05	20,54	-30,91	15,55
	Total	-1,97	10,21	-19,85	28,41	35,29	10,38	17,61	0,76	13,51
Sudeste	Masculino	2,05	-10,67	-24,78	-10,02	18,31	15,13	-2,14	2,61	2,32
	Feminino	26,13	-5,97	-21,03	-0,13	28,93	28,03	-0,13	2,23	12,45
	Total	3,77	-9,43	-24,23	-9,33	22,06	20,33	-1,02	2,56	5,96
Sul	Masculino	0,34	10,07	-22,33	4,36	19,70	15,82	1,15	2,27	9,58
	Feminino	109,92	15,34	-25,60	25,45	31,32	25,46	9,32	2,52	18,03
	Total	5,36	11,66	-22,85	5,70	23,97	19,99	5,81	2,31	12,80
C. Oeste	Masculino	-11,08	40,24	-34,05	6,20	48,61	28,05	16,24	52,20	25,76
	Feminino	16,97	60,49	-34,54	2,64	58,76	45,66	18,47	40,91	33,56
	Total	-8,79	44,87	-34,12	5,88	51,82	35,46	17,15	51,04	28,47
Brasil	Masculino	-1,32	-2,00	-23,57	1,05	23,78	16,07	5,30	7,72	7,40
	Feminino	23,69	4,55	-21,49	8,15	33,70	24,43	9,76	-2,00	15,46
	Total	0,47	-0,25	-23,23	1,56	27,28	19,51	7,78	6,43	10,41

1990 - 2000

continua

Região	Gênero	EXTR. MIN	IND. TRANSF.	SERV. IND.	CONST. CIVIL	COMER- CIO	SERVI- COS	ADM. PUB.	AGROPE- CUARIA	TOTAL
Norte	Masculino	-54,35	25,87	-11,25	60,01	72,51	33,22	46,19	124,39	31,51
	Feminino	-48,12	-29,77	147,34	35,92	85,94	69,56	38,78	94,19	31,12
	Total	-53,89	7,13	11,52	57,95	77,04	44,80	41,97	120,79	31,36
Nordeste	Masculino	18,09	-8,36	-11,55	15,18	45,10	23,39	15,95	224,28	13,88
	Feminino	2,68	14,63	0,89	9,03	64,13	47,43	24,36	106,79	27,16
	Total	16,59	-3,06	-9,63	14,74	51,45	31,93	21,13	206,74	19,18
Sudeste	Masculino	-18,99	-23,90	-6,89	6,01	29,89	18,79	11,13	185,17	0,74
	Feminino	-3,97	-21,29	-1,04	4,13	51,95	61,49	21,39	111,89	20,99
	Total	-17,88	-23,21	-6,04	5,86	37,34	34,00	16,66	172,80	7,60
Sul	Masculino	-24,87	13,26	-15,96	29,33	29,81	10,14	10,24	176,10	12,12
	Feminino	83,47	14,59	-11,40	48,31	45,45	49,39	32,91	106,68	28,03
	Total	-20,58	13,67	-15,29	30,60	35,48	24,97	22,56	164,08	17,96
C. Oeste	Masculino	-13,92	92,67	-41,45	28,55	74,46	38,50	46,02	348,14	47,44
	Feminino	14,87	114,86	-49,23	12,70	93,28	90,25	45,32	267,23	58,05
	Total	-11,60	97,84	-42,83	26,99	80,27	57,92	45,74	338,91	51,11
Brasil	Masculino	-17,65	-11,62	-12,19	14,26	36,10	19,64	18,81	200,81	6,54
	Feminino	1,66	-7,85	1,02	12,09	55,52	59,52	26,87	118,23	25,00
	Total	-16,25	-10,60	-10,22	14,09	42,71	33,99	23,23	187,50	13,06

Elaboração própria a partir dos dados da RAIS

A distribuição do emprego por tamanho do estabelecimento evidencia resultados que merecem ser destacados. Ao contrário do que é amplamente divulgado, as micro e pequenas empresas não são as maiores empregadoras, pelo menos para as participantes do mercado formal. Como mostra a Tabela 02, quase 54% do emprego formal total no país para o ano de 2000 concentrava-se nas médias e grandes empresas e apenas 17,7% nas micro-empresas. As exceções são para os setores do comércio e serviços em que as micro e pequenas empresas são as maiores empregadoras.

Em relação as grandes regiões, observa-se também o predomínio das grandes empresas como maiores empregadoras principalmente nas regiões Nordeste e Centro-Oeste com 40 e 42% respectivamente. A exceção é a região Sul na qual predominam o conjunto das micro e pequenas empresas.

Tabela 02
Distribuição do Emprego Formal por Tamanho do Estabelecimento

2000										
REGIÃO	T. do Estab.	EX. MIN.	IND. TRANSF.	SERV. IND.	CONS. CIVIL	COMER- CIO	SERV.	ADM. PUB.	AGRO- CUARIA	TOTAL
Norte	Micro	6,30	8,78	5,43	9,96	37,71	15,81	0,24	46,03	12,42
	Pequena	25,46	38,91	11,12	40,14	46,73	36,33	3,23	36,58	25,33
	Média	8,03	34,13	17,51	26,25	13,11	29,08	18,96	11,57	22,67
	Grande	60,22	18,18	65,94	23,65	2,45	18,78	77,57	5,82	39,58
Nordeste	Micro	6,99	10,41	4,31	10,67	43,70	18,40	0,26	22,57	14,19
	Pequena	49,19	29,62	16,46	42,83	42,65	36,18	2,03	32,62	24,29
	Média	29,74	24,28	20,54	33,72	10,09	24,74	20,27	21,08	21,27
	Grande	14,08	35,70	58,68	12,78	3,55	20,68	77,44	23,73	40,25
Sudeste	Micro	12,13	10,18	3,23	14,73	41,90	17,87	0,29	41,14	18,07
	Pequena	44,94	35,64	18,20	39,38	43,18	32,21	1,76	32,67	29,78
	Média	22,64	30,78	25,24	27,25	12,46	21,55	13,43	12,60	20,35
	Grande	20,29	23,41	53,33	18,64	2,46	28,37	84,52	13,59	31,81
Sul	Micro	24,52	11,78	4,55	22,21	47,11	24,41	0,47	49,23	21,21
	Pequena	48,87	35,38	23,94	45,54	41,93	35,28	3,50	29,71	30,71
	Média	14,58	29,74	23,38	21,58	9,95	20,28	20,05	9,67	20,66
	Grande	12,03	23,11	48,12	10,67	1,01	20,03	75,98	11,39	27,43
C. Oeste	Micro	12,62	15,10	7,50	11,99	43,27	17,43	0,17	56,18	17,24
	Pequena	47,62	43,16	14,41	38,93	45,01	29,71	1,99	27,45	24,03
	Média	29,35	26,57	13,32	22,58	10,78	18,42	13,11	10,95	15,96
	Grande	10,41	15,17	64,78	26,51	0,94	34,43	84,73	5,42	42,77
Brasil	Micro	12,64	10,77	4,02	14,69	43,07	18,86	0,29	41,47	17,67
	Pequena	45,58	35,26	18,10	41,00	43,15	33,17	2,21	31,62	28,38
	Média	22,61	29,66	22,88	27,20	11,55	21,79	16,51	13,22	20,30
	Grande	19,17	24,31	55,00	17,11	2,24	26,18	80,99	13,69	33,64

Elaboração própria a partir dos dados da RAIS

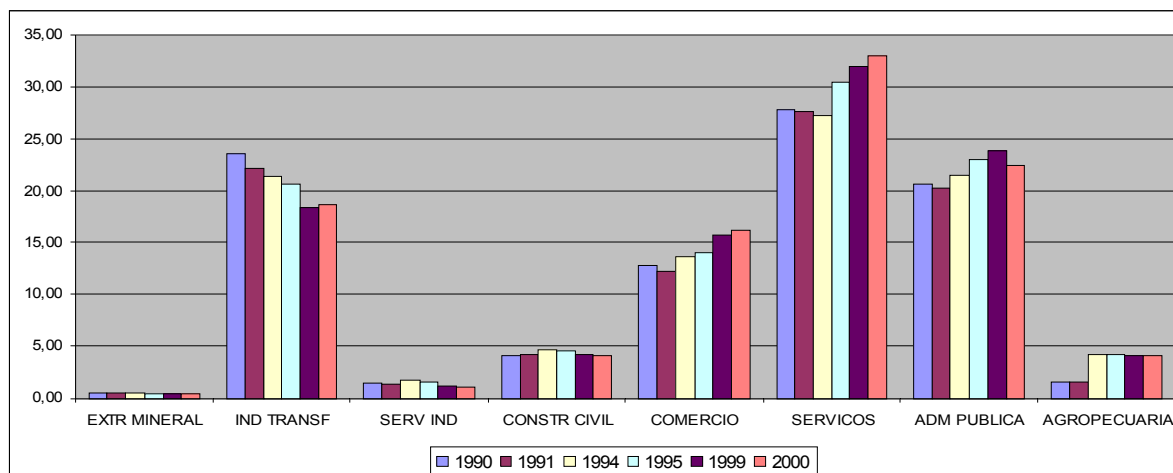
A análise da participação no emprego formal por setor de atividade mostra uma modificação na estrutura da distribuição do emprego no país. Como mostra os Gráficos 01, 02 e 03 abaixo a participação da indústria de transformação no emprego formal diminuiu sistematicamente na década dos 90. No início da década, este setor representava cerca de 23% do emprego total no país, baixando para aproximadamente 18% no ano de 1999, momento que se verifica uma inflexão nesta tendência. As regiões Nordeste e Sudeste apresentam desempenhos semelhantes, com destaque para a primeira região na qual o emprego industrial que era de aproximadamente 27% em 1990, representava apenas 19% em 2000.

Nota-se um crescimento significativo da participação do setor de serviços no estoque total de emprego, tanto para o país como principalmente na região Sudeste, onde este setor empregava cerca de 30% das pessoas ocupadas em 1990 enquanto que em 2000 esta participação subiu para aproximadamente 37%. Isso demonstra que existe uma transformação no mercado formal de emprego, não obstante todas as dificuldades enfrentadas pela indústria nos anos 90, o fato é que o setor de serviços está cada vez mais absorvendo esta mão-de-obra.

Merece ser destacado a grande participação do emprego da administração pública no emprego formal. Não obstante, mais de 20% dos empregados no país era deste setor de atividade. No Nordeste esta participação era de 35% no ano de 2000. Verifica-se ainda uma crescente participação deste setor de atividade na economia brasileira quando se trata do total de emprego formal.

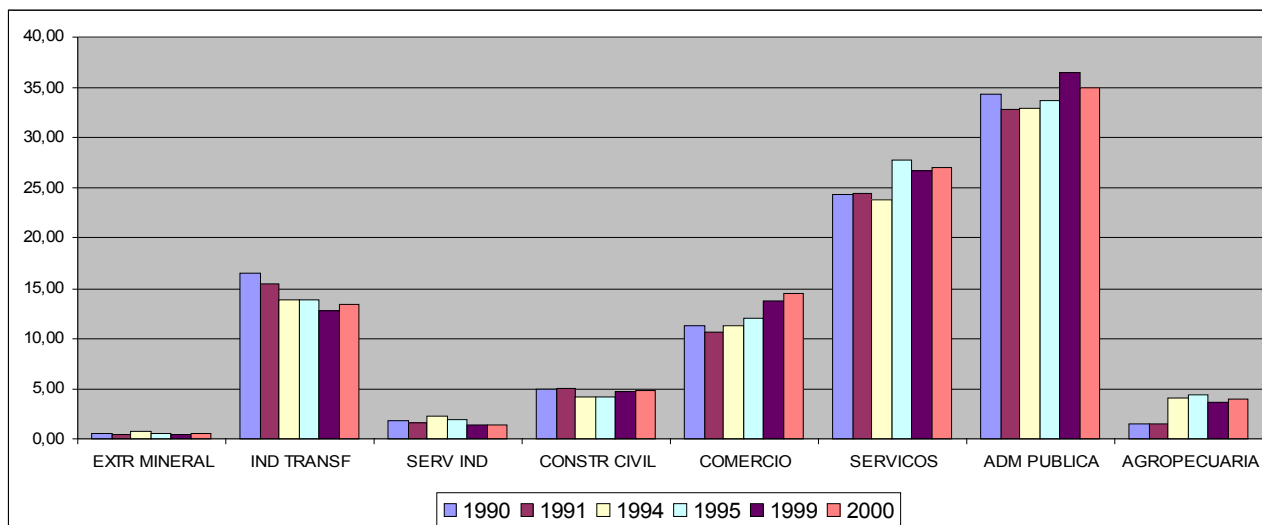
Gráfico 01

Participação Percentual por Setor de Atividade no Emprego Formal em Anos Seleccionados - Brasil



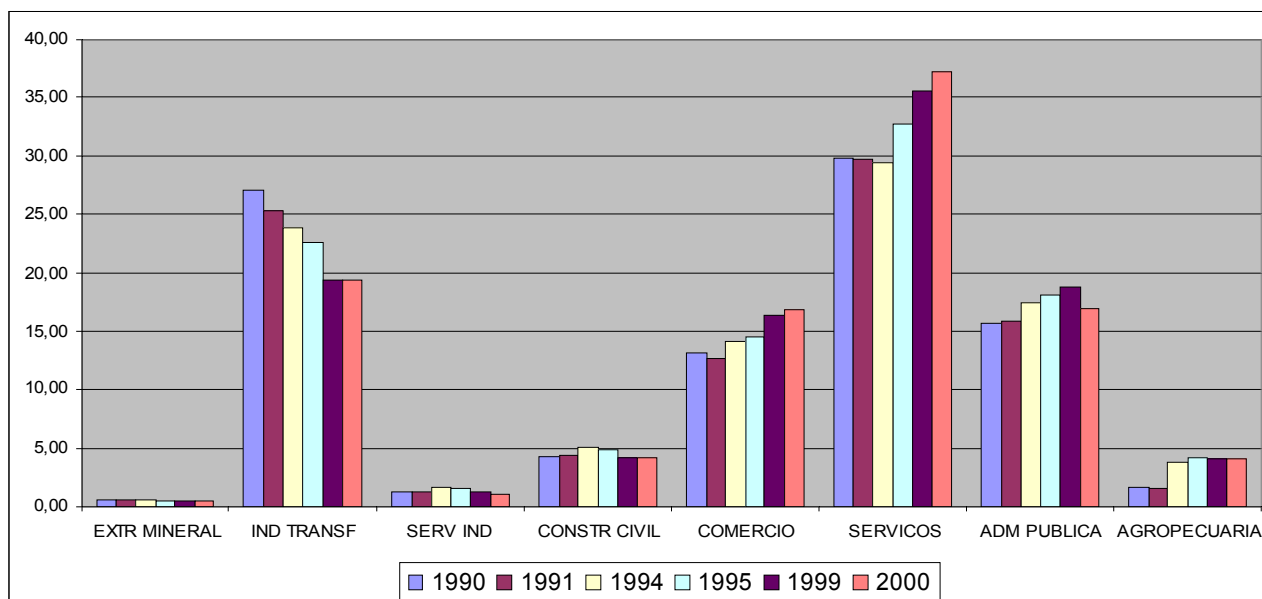
Elaboração própria a partir dos dados da RAIS

Gráfico 02 Participação Percentual por Setor de Atividade no Emprego Formal em Anos Seleccionados - Nordeste



Elaboração própria a partir dos dados da RAIS

Gráfico 03
Participação Percentual por Setor de Atividade no Emprego Formal
em Anos Seleccionados - Sudeste



NUMERO DE TRABALHADORES E RENDA MÉDIA POR REGIÃO GEOGRÁFICA EM ANOS SELECIONADOS

Regiões	1990		1995		2000	
	N. de Trab.	Renda Média	N. de Trab.	Renda Média	N. de Trab.	Renda Média
Norte	833.134	5,23	910.152	5,31	1.094.365	4,42
Nordeste	3.670.857	4,17	3.854.070	3,98	4.374.850	3,55
Sudeste	13.051.095	5,84	13.253.259	6,13	14.042.822	5,49
Sul	3.920.915	4,96	4.100.397	5,11	4.625.153	4,44
C.Oeste	1.384.040	7,24	1.627.908	6,51	2.091.439	5,56
Brasil	22.860.041	5,44	23.755.736	5,60	26.228.629	4,94

Elaboração própria a partir dos dados da RAIS

A análise da desigualdade de renda a partir do Índice Theil-L mostra alguns resultados surpreendentes. Na Tabela 04 abaixo, constata-se que a desigualdade de renda média entre as cinco regiões analisadas não é significativa. A desigualdade inter-grupos é relativamente baixa quando comparada a desigualdade interna de cada região, ou seja, o principal determinante da desigualdade total são as diferenças internas nas respectivas regiões e não a desigualdade entre as mesmas. Mais de 90% da desigualdade total refere-se à desigualdade interna, percentual constatado em todas as regiões. Siqueira e Siqueira (2006) chegam a resultados similares para os estados da região Nordeste, utilizando outra fonte de dados, os autores verificam a desigualdade interna de cada estado e maior que a desigualdade entre eles.

Outro resultado importante é que a desigualdade total aumentou no período analisado. Encontra-se na região Sul o menor índice de desigualdade total e no Centro-Oeste, acompanhado de perto pelo Nordeste, os maiores índices, isso para todos os anos em análise.

Tabela 04
Índice de Desigualdade de Theil-L para Regiões

Regiões	1990	1995	2000
	Índice de Theil-L	Índice de Theil-L	Índice de Theil-L
Norte	0,661	0,661	0,672

⁴ Pode haver algum viés quando se compara a renda transformada em Salários Mínimos, entretanto é desta forma que são disponibilizados os dados sobre renda na RAIS.

Nordeste	0,661	0,668	0,672
Sudeste	0,660	0,674	0,679
Sul	0,658	0,668	0,671
Centro-Oeste	0,669	0,670	0,681
Desigualdade dentro dos grupos	0,660	0,671	0,676
Desigualdade entre os grupos	0,002	0,012	0,013
Desigualdade Total	0,662	0,683	0,689

Elaboração própria a partir dos dados da RAIS

No intuito de tentar investigar qual seria o principal determinante para a desigualdade interna de cada região, já que os resultados da desigualdade entre as mesmas não se mostraram significativa para explicar a desigualdade total, procedemos à análise a partir de algumas variáveis categóricas. Na Tabela 05 abaixo está a decomposição da desigualdade por grau de escolaridade. Constata-se que comparado às demais variáveis investigadas adiante, a diferença de renda por grau de instrução é o principal determinante da desigualdade total quando comparado a outras variáveis categóricas como gênero ou faixa etária. Ressalta-se o fato de que a desigualdade de renda dentro dos estratos é mais elevada que entre os estratos. Ou seja, mesmo para indivíduos com o mesmo grau de instrução, a desigualdade de renda é ainda bastante elevada. Isto não significa que não existe diferenças de renda entre os diversos níveis de escolaridade, os dados mostram que a renda é maior para aqueles trabalhadores que possuem níveis de instrução mais elevados. Entretanto, dentro de cada um dos estratos, as diferenças de renda são maiores que entre os estratos.

A desigualdade total para todas as regiões geográficas para grau de instrução permanece elevada comparando o início e o final da década dos 90. A região Sul do país apresenta menor nível de desigualdade quanto ao grau de escolaridade, novamente as regiões Nordeste e Centro-Oeste apresentam os maiores níveis de desigualdade total.

Tabela 05

Índice de Desigualdade de renda por Grau de Instrução para as Regiões – 1990 e 2000

1990	R. Norte	R. Nordeste	R. Sudeste	R. Sul	R. C-Oeste
Grau de Escolaridade	Índice L-Theil				
Analfabeto	0,661	0,651	0,653	0,658	0,675
4ª Série Incompleta	0,604	0,643	0,631	0,629	0,617
4ª Série Completa	0,598	0,652	0,606	0,617	0,615
8ª Série Incompleta	0,622	0,623	0,606	0,616	0,655
8ª Série Completa	0,622	0,663	0,626	0,622	0,632
2º Grau Incompleto	0,634	0,641	0,624	0,623	0,640
2º Grau Completo	0,639	0,644	0,638	0,638	0,634
Superior Incompleto	0,656	0,655	0,651	0,653	0,670
Superior Completo	0,695	0,673	0,687	0,680	0,690
Desigualdade dentro dos estratos	0,622	0,635	0,623	0,624	0,635
Desigualdade entre os estratos	0,126	0,148	0,121	0,123	0,184
Desigualdade total	0,748	0,783	0,744	0,747	0,819

2000	R. Norte	R. Nordeste	R. Sudeste	R. Sul	R. C-Oeste
Grau de Escolaridade	Índice L-Theil				
Analfabeto	0,638	0,667	0,689	0,638	0,644
4ª Série Incompleta	0,616	0,705	0,631	0,627	0,646
4ª Série Completa	0,631	0,675	0,630	0,640	0,660
8ª Série Incompleta	0,614	0,654	0,624	0,638	0,691
8ª Série Completa	0,626	0,659	0,631	0,680	0,657
2º Grau Incompleto	0,612	0,620	0,634	0,622	0,645
2º Grau Completo	0,646	0,638	0,647	0,638	0,658
Superior Incompleto	0,653	0,652	0,666	0,646	0,685
Superior Completo	0,701	0,686	0,706	0,691	0,707
Desigualdade dentro dos estratos	0,638	0,659	0,646	0,650	0,667
Desigualdade entre os estratos	0,144	0,151	0,138	0,120	0,180
Desigualdade total	0,782	0,810	0,784	0,770	0,847

Elaboração própria a partir dos dados da RAIS

Quanto a desigualdade de renda para as faixas etárias, constata-se uma vez mais que a desigualdade de renda intra-grupo é maior que a inter-grupo, ou seja, as diferenças de renda dentro das faixas etárias são mais significativas para explicar a desigualdade total que as diferenças de renda entre as diversas faixas etárias. Conforme a Tabela 06, mais de 90% da desigualdade total deve-se as diferenças internas.

Para o período como um todo, a desigualdade aumentou para todas as regiões geográficas. Na região Nordeste a desigualdade total era menor que para as demais regiões para o ano de 1990, entretanto para o ano 2000 houve um aumento significativo para esta região, o que a elevou para as duas maiores no índice de desigualdade.

Tabela 06

Índice de Desigualdade de Renda por Faixa Etária para as Regiões – 1990 e 2000

1990	R. Norte	R. Nordeste	R. Sudeste	R. Sul	R. C-Oeste
Faixa Etária	Índice L-Theil				
10 a 14 Anos	0,395	0,490	0,543	0,428	0,630
15 a 17 Anos	0,428	0,478	0,527	0,531	0,660
18 a 24 Anos	0,620	0,629	0,611	0,619	0,599
25 a 29 Anos	0,632	0,628	0,617	0,622	0,615
30 a 39 Anos	0,651	0,650	0,645	0,646	0,656
40 a 49 Anos	0,674	0,673	0,676	0,675	0,687
50 a 64 Anos	0,684	0,682	0,688	0,681	0,697
65 Anos ou Mais	0,670	0,683	0,690	0,681	0,709
Desigualdade dentro dos estratos	0,621	0,616	0,625	0,619	0,641
Desigualdade entre os estratos	0,036	0,027	0,071	0,064	0,091
Desigualdade total	0,657	0,643	0,696	0,683	0,732

2000	R. Norte	R. Nordeste	R. Sudeste	R. Sul	R. C-Oeste
Faixa Etária	Índice L-Theil				
10 a 14 Anos	0,331	0,359	0,337	0,359	0,365
15 a 17 Anos	0,334	0,360	0,336	0,345	0,343
18 a 24 Anos	0,636	0,678	0,626	0,631	0,635
25 a 29 Anos	0,647	0,660	0,645	0,648	0,655
30 a 39 Anos	0,670	0,668	0,672	0,662	0,680
40 a 49 Anos	0,674	0,672	0,684	0,676	0,692
50 a 64 Anos	0,699	0,685	0,713	0,695	0,715
65 Anos ou Mais	0,740	0,704	0,732	0,695	0,743
Desigualdade dentro dos estratos	0,663	0,670	0,661	0,653	0,667
Desigualdade entre os estratos	0,061	0,061	0,060	0,059	0,064
Desigualdade total	0,724	0,731	0,721	0,712	0,731

Elaboração própria a partir dos dados da RAIS

Por fim, a Tabela 07 abaixo decompõe a desigualdade de renda por gênero. A desigualdade de renda entre os trabalhadores dos dois gêneros não é significativa, a desigualdade interna de cada grupo é mais relevante. Isso não invalida a constatação feita por estudos empíricos citados anteriormente que há um diferencial de renda entre homens e mulheres, apenas se constata que as diferenças dentro de cada grupo é o fator determinante para a desigualdade total. No Nordeste a desigualdade entre os grupos é a maior para o ano de 1990, mas verifica-se uma diminuição desse diferencial para o ano de 2000, mas a desigualdade total aumenta no período, influenciada pelo crescente aumento da desigualdade dentro do grupo.

Tabela 07

Índice de Desigualdade de Renda por Gênero para as Regiões – 1990 e 2000

1990	R.Norte	R. Nordeste	R. Sudeste	R. Sul	R. C-Oeste
Gênero	Índice L-Theil				
Masculino	0,661	0,667	0,664	0,661	0,670
Feminino	0,658	0,648	0,640	0,644	0,664
Desigualdade dentro dos estratos	0,660	0,659	0,656	0,655	0,668
Desigualdade entre os estratos	0,007	0,013	0,011	0,011	0,001
Desigualdade total	0,667	0,672	0,667	0,666	0,669

2000	R.Norte	R. Nordeste	R. Sudeste	R. Sul	R. C-Oeste
Gênero	Índice L-Theil				
Masculino	0,674	0,674	0,684	0,675	0,681
Feminino	0,672	0,670	0,664	0,662	0,684
Desigualdade dentro dos estratos	0,673	0,672	0,676	0,670	0,682
Desigualdade entre os estratos	0,003	0,003	0,004	0,005	0,001
Desigualdade total	0,676	0,675	0,680	0,675	0,683

Elaboração própria a partir dos dados da RAIS

Resumidamente, pode-se constatar que a desigualdade de renda nas regiões geográficas brasileiras tem suas causas influenciadas principalmente por fatores de desequilíbrios internos em cada região. As diferenças de renda entre elas não são significativas para explicar a desigualdade total medida pelo índice de Theil-L. Mesmo quando a análise é realizada por variáveis categóricas, a desigualdade continua sendo mais expressivas dentro dos estratos.

6. Conclusões

A década de 90 foi um período de grandes transformações para a economia brasileira, com impactos profundos no mercado de trabalho, principalmente no emprego formal. As taxas de crescimento do emprego a partir dos dados da RAIS neste período foram significativamente baixas, na esteira do baixo crescimento do PIB.

Ressalta-se o grande crescimento da mão-de-obra feminina verificada em todas as regiões geográficas, sem embargo, a mulher vem cada vez mais ocupando espaço no mercado de trabalho. Entretanto, em termos de renda média, o diferencial de salários para os homens é ainda significativo.

A diminuição do emprego na indústria de transformação em relação ao estoque de emprego merece ser destacado. O crescimento do emprego nos setores do comércio e serviços também foi significativo. A participação da administração pública no emprego total cresceu na década de noventa, principalmente na região Nordeste na qual é o principal empregador.

A primeira conclusão importante sobre a desigualdade de renda é que nas cinco regiões brasileiras analisadas, seu principal determinante é desigualdade dentro das próprias regiões mais do que entre elas, pelo menos quando medida pela renda do emprego formal.

O grau de instrução mostrou-se mais significativo para as diferenças de renda entre as regiões do que as outras variáveis categóricas analisadas, como faixa etária e gênero. De um modo geral, a desigualdade total de renda aumentou durante a década de 90, período de grandes inflexões na economia e mudanças estruturais no mercado de trabalho. Estimativa através de equações de rendimento por meio de regressões se faz necessário para análises

pormenorizadas das causas da desigualdade verificada dentro de cada um dos estratos, exercício que não pode ser realizado apenas com os dados disponível na RAIS⁵.

7. Referências Bibliográficas

ANTIGO, M.; MACHADO, A. N.; OLIVEIRA, A. M. Evolução do Diferencial de Rendimentos entre o Setor Formal e Informal no Brasil: O Papel das Características não Observadas. In: XXXIV Encontro Nacional de Economia, 2006, 20p. Salvador/BA. (Disponível em CD-ROM).

AZZONI, C. Crescimento Econômico e Convergência das Rendas Regionais: O Caso Brasileiro. In: XXII Encontro Nacional de Economia, 1994, vol. 01, p. 185-205. Florianópolis/SC.

BARRO, R. Economic Growth in a Cross Section of Countries. *Quarterly Journal of Economics*, v. 106, p. 407-443, 1991.

BARRO, R., SALA-I-MARTIN, X. Convergence Across States and Regions. *Brooking Papers on Economic Activity*, v. 1, p. 107-182, 1991.

BARRO, R., MANKIW, N., SALA-I-MARTIN, X. Capital Mobility in Neoclassical Models of Growth. Connecticut, Yale Station New-Haven: Yale University, Economic Growth Center, 1992. 31 p.

BARROS, R. P. de; MEDONÇA, R. P. de. Os Determinantes da Desigualdade no Brasil. Rio de Janeiro: Ipea, 1995, 58p (Texto para Discussão, N° 377).

BAUMOL, W. Productivity Growth, Convergence and Welfare: What the Long-Run Data Show. *American Economic Review*, v. 76, n. 5, p. 1072-1085, 1996.

BERTOLA, G. Factor Shares and Savings in Endogenous Growth. *American Economic Review*, v. 83, n. 5, p. 1184-1198, 1993.

BLANCHARD, O., QUAH, D. The Dynamic Effects of Aggregate Demand and Supply Disturbances. *American Economic Review*, v. 79, n. 4, p. 155-173, 1989.

BRASIL, Ministério do Trabalho e Emprego. Relação Anual de Informações Sociais. Dados em CR-ROM. MTE - DATAMEC. Brasília. Base de Dados de 1990 a 2000.

DE NEGRI, et. al. Mercado Formal de Trabalho: Comparação entre os Microdados da RAIS e PNAD. Rio de Janeiro: Ipea, 2001, 25p (Texto para Discussão, N° 840).

DINIZ, C. C. e CROCCO, M. Reestruturação Econômica e Impacto Regional: O Novo Mapa da Indústria Brasileira. *Nova Economia*, v. 6, n. 1. Belo Horizonte: UFMG-Face-DCE, 1996.

FERREIRA, A.H.B. O Debate Sobre a Convergência das Rendas per Capita. *Revista Nova Economia*, Belo Horizonte, v. 5, n. 2, p. 139-154, 1996a.

⁵Existe um banco de dados chamado RAIS-migra que possibilita as estimativas econométricas, estes dados foram solicitados ao Ministério do Trabalho e Emprego, mas até a conclusão deste trabalho não havíamos obtido retorno da nossa demanda.

FERREIRA, A.H.B. A Distribuição Interestadual da Renda no Brasil, 1950-85. Revista Brasileira de Economia, Belo Horizonte, v. 5, n. 4, p. 469-485, 1996b.

FERREIRA, A.H.B. Evolução recente das rendas per capita estaduais no Brasil: o que a nova evidência mostra. Revista Econômica do Nordeste, v. 27, n. 3, p. 363-374, 1996c.

FERREIRA, A.H.B., DINIZ, C.C. Convergência entre as Rendas per Capita Estaduais no Brasil. Revista de Economia Política, n. 60, p. 38-56, 1995.

FERREIRA, P.C.G., ELLERY JÚNIOR, R.G. Convergência entre as Rendas per Capita dos Estados Brasileiros. Revista de Econometria, v. 16, n. 1, p. 83-104, 1996.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO (FJP); INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Definição e Metodologia de Cálculos dos Indicadores e Índices de Desenvolvimento Humano e Condições de Vida, 1998. Disponível em: <http://www.undp.org.br/HDR/HDR2000/Metodologias%20-%20IDH-M%20e%20ICV.pdf>. Acesso em: 06 jan. 2007.

GIAMBIAGI, F. MOREIRA.M.M (orgs.) *A Economia Brasileira nos Anos 90*. Rio de Janeiro: BNDES, 1999.

GIAMBIAGI, F. et al. (orgs). *Economia Brasileira Contemporânea (1945-2004)*, Rio de Janeiro, Campos, 2005.

GUIMARÃES, A. Q. Determinantes da Distribuição de Renda na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH): Uma Análise a partir da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) para 2001. In: XI Seminário sobre a Economia Mineira, 2004, 24p. CEDEPLAR-UFMG, Diamantina/MG. (Disponível em CD-ROM).

HOFFMANN, R.. *Distribuição de Renda: Medidas de Desigualdade e Pobreza*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998c, 275 p.

LANGONI, C. G. *Distribuição da Renda e Desenvolvimento Econômico do Brasil*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1973.

LEME, M. C. da S.; WAJNMAN, S. Tendências de Coorte nos Diferenciais de Rendimento por Sexo. In: HENRIQUES, Ricardo (Org.). *Desigualdade e Pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA, 2000, p. 251-270.

LUCAS, R.E. On Mechanics of Economic Development. *Journal of Monetary Economics*, v. 22, p. 3-42, 1988.

_____, R.E. Why Doesn't Capital Flow From Rich to Poor Countries? *American Economic Review*, v. 80, n. 2, p. 92-96, 1990.

MENEZES-FILHO, N.; FERNANDES, R.; PICCHETTI, P. A Evolução da Distribuição dos Salários no Brasil: Fatos Estilizados para as Décadas de 80 e 90. In: HENRIQUES, Ricardo (Org.). *Desigualdade e Pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA, 2000, p. 231-249.

MONTEIRO NETO, A. Desigualdades Setoriais e Crescimento do PIB no Nordeste: Uma Análise do Período 1970/1995. Brasília: IPEA, 1997. 32 p. (Texto para Discussão, 484).

ROMER, P. Human Capital and Growth: Theory and Evidence. Unit Roots, Investment Measures and Other Essays. Carnegie Roches for Conference Series on Public Policy, v. 32, p. 251-286, 1989.

ROMER, P. Endogenous technological change. Journal of Political Economy, v. 98, n. 5, p. 71-102, 1990.

NOGUEIRA, J.; MARINHO, E. Discriminação Salarial por Raça e Gênero no Mercado de Trabalho das Regiões Nordeste e Sudeste. In: XXXIV Encontro Nacional de Economia, 2006, 19p. Salvador/BA.

PACHECO, C. A. Novos Padrões de Localização Industrial? Tendências Recentes dos Indicadores da Produção e do Investimento Industrial. Rio de Janeiro: Ipea, 1999 (*Texto para Discussão*, n. 633).

SABÓIA, J. A Dinâmica da Descentralização Industrial no Brasil. Rio de Janeiro: I. E. UFRJ, 2001 (Texto para Discussão, 452).

SIQUEIRA, M. L. Desigualdade de Renda no Nordeste Brasileiro: Uma Análise de Decomposição. In: XI Encontro Regional de Economia – Anpec/Banco do Nordeste, 2006, 17p. Fortaleza/CE. (Disponível em CD-ROM).

SOLOW, R. A Contribution to the Theory of Economic Growth. Quarterly Journal of Economics, v. 70, p. 64-94, 1956.

SOUZA, N.J. Desenvolvimento Polarizado e Desequilíbrios Regionais no Brasil. Análise Econômica, n. 19, p. 29-59, 1993.